

## **A DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALFABETIZAÇÃO: EDUCAÇÃO PARA TODOS**

Plano de Ação Internacional; Implementação da Resolução nº 56/116,  
da Assembléia Geral. Relatório do Secretário-Geral da ONU

### **Resumo**

O Secretário-Geral, por meio do presente documento, encaminha o relatório do Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de conformidade com a Resolução nº 56/116 da Assembléia-Geral, de 19 de dezembro de 2001, intitulada "A Década das Nações Unidas para a Alfabetização: Educação para Todos". O relatório apresenta o Plano de Ação da Década das Nações Unidas para a Alfabetização: Educação para Todos, consistindo de recomendações para o sucesso da implementação dessa Década.

Em sua Resolução nº 56/116, a Assembléia Geral proclamou o período entre 2003-2012 como a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, com o objetivo de levar educação a todos. Nessa Resolução, a Assembléia levou em conta a proposta preliminar e o plano para uma Década das Nações Unidas para a Alfabetização (A/56/114 e Ad. I – E/2001/93 e Ad. I), que havia sido solicitado por ela, por meio da Resolução nº 54/122, decidindo que a UNESCO deveria assumir o papel de coordenação, no incentivo e na catalisação das atividades em nível internacional no âmbito da Década.

A minuta do Plano de Ação foi desenvolvida de conformidade com o parágrafo 11 da Resolução nº 56/116, no qual a Assembléia Geral solicitou ao Secretário-Geral que, em cooperação com o Diretor-Geral da UNESCO, coletasse junto aos governos e às organizações internacionais afetas à questão comentários e propostas sobre o plano preliminar para a Década, de modo a desenvolver e executar um plano de ação direcionado e pragmático, a ser submetido à Assembléia em sua quinquagésima sétima sessão.

### **Introdução**

A Assembléia Geral, em sua quinquagésima sexta sessão, adotou a Resolução nº 56/116, intitulada "Década das Nações Unidas para a Alfabetização para Todos", na qual proclamou o período entre 2003-2012 como a Década das Nações Unidas para a Alfabetização, com o objetivo de levar educação a todos. A proposta de uma Década das Nações Unidas para a Alfabetização foi apresentada na quinquagésima quarta sessão da Assembléia (ver Resolução

nº 54/122), endossada na mesa-redonda reunida no Fórum Mundial de Educação, realizado em Dacar, em 2000, e reiterada pela Assembléia, em sua sessão especial, realizada em Genebra, em 2000. A proclamação da Década das Nações Unidas para a Alfabetização pela Assembléia, em sua quinquagésima sexta sessão, foi saudada pela Comissão de Direitos Humanos, em sua Resolução nº 23/2002, de 22 de abril de 2002, sobre o direito à educação.

No preâmbulo à sua Resolução nº 56/116, a Assembléia Geral afirma estar convencida de que a alfabetização é de importância crucial para a aquisição, por todas as crianças, jovens e adultos, de habilidades essenciais para a vida, que os capacitem a enfrentar os desafios que eles podem vir a encontrar na vida, representando um passo essencial para a educação básica, que consiste num meio indispensável para a participação efetiva nas sociedades e nas economias do século 21. A Resolução apóia também o conceito de alfabetização para todos, em sua reafirmação de que a alfabetização para todos encontra-se no cerne da educação básica para todos, e de que a criação de ambientes e sociedades alfabetizados é de importância essencial para os objetivos de erradicação da pobreza, de redução da mortalidade infantil, de contenção do crescimento populacional, de consecução da igualdade entre os gêneros e de estabelecimento de um desenvolvimento sustentável, da paz e da democracia. A Década das Nações Unidas para a Alfabetização, como parte integrante da Educação para Todos, irá fornecer tanto uma plataforma quanto o impulso para a consecução de todos os seis objetivos do Marco de Ação de Dacar.<sup>1</sup>

### Os seis objetivos de Dacar

1. Expansão e aprimoramento da assistência e educação da primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.
2. Garantir que em 2015 todas as crianças, especialmente meninas, crianças em situações difíceis e crianças pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a uma educação primária de boa qualidade, gratuita e obrigatória, e possibilidade de completá-la.
3. Assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam satisfeitas mediante o acesso equitativo à aprendizagem apropriada e a programas de capacitação para a vida.
4. Atingir, em 2015, 50% de melhora nos níveis de alfabetização de adultos, especialmente para as mulheres, e igualdade de acesso à educação fundamental e permanente para todos os adultos.
5. Eliminar, até 2005, as disparidades existentes entre os gêneros na educação primária e secundária e, até 2015, atingir a igualdade de gêneros na educação, concentrando esforços para garantir que as meninas tenham pleno acesso, em igualdade de condições, à educação fundamental de boa qualidade e que consigam completá-la.
6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar a excelência de todos, de modo que resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização, cálculo e habilidades essenciais para a vida.

<sup>1</sup> FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. Dacar, Senegal, 26-28 abr. 2000. Relatório Final: anexo II. Paris: UNESCO, 2000.

A alfabetização é o elemento comum que une esses seis objetivos. De fato, a aquisição por todos de habilidades de alfabetização estáveis e sustentáveis permitirá que as pessoas participem ativamente, no decorrer de toda a vida, de todo um espectro de oportunidades de aprendizado. A alfabetização para todos constitui-se a base do aprendizado por toda a vida para todos, e da aquisição de poder pelos indivíduos e por suas comunidades.

O plano de ação parte de uma proposta e de um plano preliminares para uma Década das Nações Unidas para a Alfabetização (A/56/114 e Ad. I-E/2001/93 e Ad. I) e articula os requisitos essenciais e os focos de ação, visando ao êxito da implementação da Década da Alfabetização, como impulso aos esforços no sentido de alcançar a Educação para Todos. Esse plano tem como objetivo dar incentivo às medidas tomadas pelos governos nacionais, pelas comunidades locais, por indivíduos, organizações não-governamentais (ONGs), universidades, organizações públicas e privadas e pela sociedade civil, em sua coalizão ampla. Um outro objetivo é mobilizar os organismos internacionais e os governos nacionais, no sentido de forjar compromissos globais.

## 1. Alfabetização para todos: a visão

Nas rápidas transformações que caracterizam a sociedade do conhecimento dos dias atuais, o uso progressivo de novos e inovadores meios de comunicação faz com que as exigências em termos de alfabetização estejam em expansão constante. Para sobreviver no mundo globalizado de hoje, tornou-se necessário, para todos, aprender novas habilidades e desenvolver a capacidade de localizar, avaliar e usar informações de forma eficiente e múltipla. Como ressaltado no parágrafo 8º da proposta e plano preliminar para uma Década das Nações Unidas para a Alfabetização, "As políticas e os programas de alfabetização, atualmente, exigem que se vá além da visão limitada da alfabetização que foi dominante no passado. A alfabetização para todos requer uma *nova visão da alfabetização...*"

A visão a ser empregada na Década da Alfabetização situa a Alfabetização para Todos no cerne da Educação para Todos. A alfabetização é de importância central para todos os níveis educacionais, em especial para a educação básica, e para todos os modos de transmissão – formais, não-formais e informais. A Alfabetização para Todos abrange as necessidades educacionais de todos os seres humanos, em todos os ambientes e contextos, no Norte e no Sul, nas áreas urbanas e rurais, incluindo tanto os que freqüentam escolas quanto os que se encontram fora delas, adultos e crianças, meninos e meninas, homens e mulheres.

A Alfabetização para Todos tem que tratar das necessidades de alfabetização do indivíduo, bem como as da família, da alfabetização no trabalho e na comunidade, e também na sociedade e na nação, em sintonia com os objetivos do desenvolvimento econômico, social e cultural de todos os povos, em todos os países. A Alfabetização para Todos só será alcançada de fato quando ela for planejada e implementada nos contextos locais de idioma e cultura,

assegurando a equidade e a igualdade entre os gêneros, atendendo às aspirações educacionais das comunidades e dos grupos locais. A alfabetização tem que estar relacionada com as várias dimensões da vida pessoal e social, e também com o desenvolvimento. Desse modo, os esforços no sentido da alfabetização devem estar articulados a um conjunto amplo de políticas econômicas, sociais e culturais, perpassando múltiplos setores. As políticas de alfabetização devem também reconhecer a importância da língua materna na aquisição de alfabetização e criar condições para a alfabetização em idiomas múltiplos, sempre que necessário.

## 2. Grupos prioritários

A Alfabetização para Todos concentra seu foco num espectro de grupos prioritários. Nos países do Sul, particularmente, a alfabetização das mulheres deve ser providenciada com urgência. Os grupos populacionais prioritários a serem atendidos são:

- jovens e adultos não-alfabetizados, principalmente mulheres que não puderam adquirir as habilidades necessárias para fazer uso da alfabetização em benefício de seu desenvolvimento pessoal e para melhorar sua qualidade de vida;
- crianças e jovens que se encontram fora da escola, em especial meninas, adolescentes do sexo feminino e mulheres jovens;
- crianças que freqüentam a escola, mas não tem acesso a ensino de qualidade, para que elas não venham a se somar ao contingente de adultos não-alfabetizados.

Dentre os grupos prioritários mencionados acima, alguns, em situação de maior desvantagem, exigem atenção especial, principalmente as minorias lingüísticas e étnicas, as populações indígenas, os migrantes, os refugiados, as pessoas portadoras de deficiências, os idosos e as crianças em idade pré-escolar – em especial aquelas que têm pouco ou nenhum acesso a cuidados e educação no decorrer dos primeiros anos da infância.

## 3. Resultados esperados

Os governos nacionais, as autoridades locais, os organismos internacionais e todas as partes interessadas devem assegurar que, ao final da Década da Alfabetização, a vertente de Alfabetização para Todos da Educação para Todos tenha atingido os seguintes resultados:

- a) Progressos significativos em direção aos objetivos 3, 4 e 5 de Dacar para 2015, principalmente um aumento palpável nos números absolutos de pessoas alfabetizadas entre:

- Mulheres – acompanhado por uma redução das disparidades entre os gêneros;
- Bolsões excluídos nos países que, nos demais aspectos, são vistos como possuindo altos níveis de alfabetização;
- Regiões com os maiores níveis de carência, entre elas, a África Subsaariana, o sul da Ásia e os países do E-9;

b) Obtenção, por todos os estudantes, inclusive as crianças que freqüentam escolas, de um nível de domínio no aprendizado de leitura, escrita, aritmética, pensamento crítico, valores positivos de cidadania e outras habilidades de capacitação para a vida;

c) Ambientes dinâmicos e alfabetizados, principalmente nas escolas e nas comunidades dos grupos prioritários, de modo a que a alfabetização seja mantida e ampliada para além da Década da Alfabetização;

d) Melhor qualidade de vida (redução da pobreza, aumento da renda, melhoria da saúde, maior participação, conscientização sobre cidadania e sensibilidade para questões de gênero) entre os que participaram dos diversos programas educacionais abrangidos pela Educação para Todos.

#### 4. Principais estratégias

A fim de alcançar os resultados acima citados, o processo de implementação da Década da Alfabetização tem que se centrar nas seguintes medidas, vistas como estratégias principais, que são de importância fundamental para a consecução e a manutenção dos resultados, mas que, atualmente, costumam ser negligenciadas:

a) colocar a alfabetização no centro de todos os níveis dos sistemas educacionais nacionais e de todos os esforços visando ao desenvolvimento;

b) adotar uma abordagem dupla, conferindo igual importância tanto às modalidades de educação formal quanto às de educação não-formal, criando sinergia entre elas;

c) promover, nas escolas e nas comunidades, um ambiente que propicie os usos da alfabetização e uma cultura de leitura;

d) assegurar a participação comunitária nos programas de alfabetização, bem como a apropriação desses programas pelas comunidades;

e) construir parcerias em todos os níveis, particularmente em nível nacional, entre governo, sociedade civil, setor privado e comunidades locais; e também nos níveis sub-regional, regional e internacional;

f) desenvolver, em todos os níveis, processos sistemático de acompanhamento e avaliação, embasados por resultados de pesquisa e bases de dados.

## 5. Principais áreas de ação

Para que a implementação da Década da Alfabetização para Todos alcance êxito, as principais estratégias acima mencionadas devem ser efetivamente postas em funcionamento, em todos os níveis, através de medidas coordenadas e complementares entre si. As principais áreas de ação são políticas, modalidades de programas, construção de capacidades, pesquisa, participação comunitária e acompanhamento e avaliação. Deve ser ressaltado que todas essas medidas devem tratar da perspectiva da igualdade entre os gêneros, em todas as suas ramificações.

### Políticas

Desenvolver um ambiente de formulação de políticas, abrangendo comunidades, setores, órgãos e ministérios, que dê preponderância à promoção da alfabetização, através da adoção das seguintes medidas:

- a) Desenvolver uma estrutura de políticas e sistemas de incentivo que assegurem colaboração ministerial, bem como métodos de financiamento, a fim de fortalecer os programas de alfabetização na educação formal, não-formal e informal, explicitando os papéis a serem desempenhados pelo setor privado, pela sociedade civil e por indivíduos;
- b) Engajar as comunidades (inclusive organizações de base comunitária, famílias e indivíduos), as organizações da sociedade civil, as universidades e os institutos de pesquisa, os meios de comunicação de massa e o setor privado na oferta de subsídios à política de alfabetização;
- c) Fornecer uma estrutura que permita o desenvolvimento contextualizado de um ambiente alfabetizado, como por exemplo:
  - promover educação multilíngüe e multicultural;
  - incentivar a produção literária local;
  - incentivar a participação do setor de publicação de livros e apoiar as bibliotecas comunitárias no sentido de propiciar Leitura para Todos;
  - ampliar o acesso a instrumentos de expressão e comunicação, tais como jornais, rádio, televisão e tecnologias de comunicação, bem como promover a liberdade de expressão.
- d) Assegurar que a alfabetização seja parte integrante de discussões amplas sobre redução da pobreza, como, por exemplo, nos Documentos Estratégicos sobre

Redução da Pobreza, na colaboração entre órgãos, tais como a Avaliação Comum dos Países (*Common Country Assessment*)/Estrutura das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento; e também das discussões sobre educação, como, por exemplo, no planejamento da Educação para Todos e na Abordagem de Setor Total (*Sector-Wide Approach*);

e) Assegurar que a promoção da alfabetização seja parte integrante do planejamento e da implementação de componentes educacionais relacionados com a saúde, a agricultura, o desenvolvimento urbano e rural, a prevenção de conflitos e crises, a reconstrução posterior a conflitos, a prevenção do HIV/Aids, o meio ambiente e outros tópicos intersetoriais;

f) Colocar a alfabetização na agenda dos fóruns nacionais, sub-regionais, regionais e internacionais sobre desenvolvimento e educação, como por exemplo as Conferências de Cúpula das Nações Unidas, do G-8, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), as conferências de Ministros da Educação, os mecanismos de parcerias regionais, tais como a Novas Parcerias para o Desenvolvimento da África e os encontros sobre desenvolvimento nacional.

#### Modalidades de programas

De forma a alcançar os objetivos da Alfabetização para Todos e, por conseguinte, da Educação para Todos, que englobam todas as faixas etárias freqüentando ou não a escola, os programas de alfabetização devem abranger a totalidade do ciclo vital, a fim de possibilitar o aprendizado durante a vida inteira, e ser sensível às questões de gênero, devendo ser fornecidos tanto através de métodos formais quanto de métodos não-formais. Eles devem também tomar como base os programas de alfabetização já existentes e, ao mesmo tempo, acrescentar programas de alfabetização mais atualizados, prevendo as necessidades futuras relativas à alfabetização. É, portanto, de importância essencial reconhecer a necessidade das seguintes medidas:

a) Desenvolver programas que objetivem usos significativos para a alfabetização, além da aquisição das habilidades básicas de leitura, escrita, cálculos numéricos, e que abranjam as diversas faixas etárias, da pré-escola à idade adulta. Tais programas poderiam abarcar preparação para a alfabetização para crianças de pré-escola e também para a família, e alfabetização para alunos de escola primária, para jovens que abandonaram os estudos, para crianças que não freqüentam a escola e para jovens e adultos não-alfabetizados, tratando de conteúdos como:

- Alfabetização para a elevação do padrão vocacional e para o emprego;
- Programas educativos pós-alfabetização e de educação continuada para toda uma gama de clientelas, incluindo treinamento em tecnologia da informação e da comunicação;
- Oferta de base informativa, incluindo cultura básica sobre meios de comunicação, questões jurídicas e ciência.

b) Formular programas que confirmam alta prioridade à motivação do aluno, atendendo a suas necessidades específicas e apoiando um ambiente cultural. As seguintes medidas são sugeridas visando a esse fim:

- Desenvolver diversos modos de apresentação, incluindo o uso de tecnologias de informação e comunicação;
- Desenvolver conteúdos, material e metodologia sensíveis às questões de gênero, partindo dos idiomas, dos conhecimentos e da cultura locais;
- Integrar a instrução de alfabetização em outros setores, tais como saúde e educação, educação de extensão em agricultura e métodos de geração de renda;
- Ter, nas escolas e na comunidade, material de leitura disponível a crianças e adultos, na língua materna e numa segunda língua.

c) Estabelecer vínculos e sinergia entre o ensino formal e não-formal, através dos seguintes meios:

- desenvolver programas de equivalência, a fim de vincular o ensino formal ao ensino não-formal, criando, entre outros elementos, políticas, diretrizes e mecanismos de credenciamento;
- valorizar as credenciais dos facilitadores de alfabetização, através de treinamento profissional, e conferir reconhecimento oficial aos facilitadores do ensino não-formal, em condições de igualdade com os professores do ensino formal;
- criar programas de ensino à distância, que possibilitem que pessoas que abandonaram o ensino formal avancem em seu próprio ritmo, até serem capazes de reingressar no sistema educacional formal;
- incentivar vínculos entre as associações de professores e de facilitadores de ensino não-formal.

### Construção de capacidade

A fim de implementar programas educacionais como parte integrante da Década, será necessário assegurar que os diversos parceiros e outras partes interessadas possuam as capacidades exigidas para gerenciar esses programas de forma sustentada e em áreas tais como as listadas abaixo:

a) Planejamento e administração: organizar atividades de construção de capacidade para planejadores educacionais e para os responsáveis pela formulação de políticas em níveis regional, sub-regional, nacional e local, inseridas nos programas educativos já existentes, em áreas tais como angariação de verbas, formulação e implementação de programas, cooperação multissetorial, documentação e redação de projetos.

b) Pesquisa: formular programas para o fortalecimento da capacidade das ONGs, das organizações de base comunitária e das organizações da sociedade civil de conduzir pesquisas práticas;

- c) Treinamento de profissionais de treinamento: identificar e apoiar, nos níveis regional, sub-regional, nacional e subnacional, um grupo-núcleo de profissionais de treinamento capacitados para treinar o pessoal dos programas, inclusive professores e facilitadores no nível local;
- d) Sistemas de treinamento: desenvolver sistemas de treinamento que sejam sensíveis às questões de gênero e que possam ser adaptados a diferentes contextos e propósitos, e usados nos níveis subnacionais e locais;
- e) Currículo: desenvolver estruturas curriculares de alfabetização nos níveis regional, sub-regional e nacional, passíveis de serem adaptadas aos currículos locais, bem como planejamento de aulas compatíveis com as necessidades de grupos específicos de alunos no nível local.

### Pesquisa

A fim de que os resultados das pesquisas sejam usados na formulação eficaz de políticas de alfabetização, no aperfeiçoamento dos programas de alfabetização e na revisão periódica dos avanços em direção à Alfabetização para Todos, serão necessárias, durante a Década da Alfabetização, atividades de pesquisa específicas e bem planejadas, incluindo as seguintes:

- a) Para fins de formulação de políticas: conduzir estudos básicos tendo em vista a identificação, entre outros elementos, de grupos prioritários, níveis de alfabetização, necessidades locais, disponibilidade de recursos, parcerias possíveis e mapeamento de disparidades entre os gêneros.
- b) Para aprimorar os programas das escolas primárias e do ensino não-formal: executar pesquisas processuais, a fim de permitir que os planejadores e administradores educacionais adotem correções ao longo dos processos já em curso, com base nos resultados dessas pesquisas.
- c) Para permitir uma compreensão mais aprofundada do conceito de Alfabetização para Todos: conduzir estudos longitudinais sobre os usos da alfabetização nas escolas e nas comunidades e mapear novas práticas de alfabetização surgidas no contexto das tecnologias de informação e comunicação.
- d) Para conferir maior poder às comunidades locais: conduzir pesquisas sobre as maneiras pelas quais as comunidades locais podem participar dos programas de alfabetização, deles auferindo benefícios.
- e) Para a utilização das pesquisas: analisar de maneira crítica as pesquisas sobre o tema, provenientes tanto do Norte quanto do Sul, para adoção e adaptação de seus resultados, a serem usados, em outros contextos, na formulação de políticas e práticas.

São propostas as seguintes medidas, que têm como objetivo facilitar o desenvolvimento das atividades de pesquisa acima mencionadas:

- a) criar uma base de dados de estudos sobre alfabetização, inclusive estudos de avaliação;
- b) incentivar as universidades, as instituições de ensino superior e as instituições de pesquisa a incluir a alfabetização em suas agendas de pesquisa;
- c) criar redes de organizações de pesquisa visando à cooperação entre países e regiões, assegurando a participação tanto do Norte quanto do Sul e incentivando a cooperação entre os países do Sul.

### Participação comunitária

O sucesso do programa Alfabetização para Todos dependerá do grau de participação da comunidade local nesse programa, e também da disposição dessa comunidade a dele se apropriar. É importante que o governo não busque a participação da comunidade como uma estratégia de redução de custos, e devemos lembrar que campanhas e comemorações esporádicas não garantem a participação da comunidade nos programas educacionais. Algumas das medidas visando à participação comunitária são as seguintes:

- a) documentar as experiências dos órgãos governamentais, das ONGs e do setor privado, no tocante à participação comunitária nos programas de alfabetização;
- b) oferecer apoio técnico e financeiro à manutenção de programas de alfabetização de base comunitária;
- c) criar redes subnacionais e nacionais de ONGs que trabalhem em alfabetização junto às comunidades locais;
- d) incentivar as comunidades locais a organizar centros de aprendizagem comunitários;
- e) compartilhar entre os países as experiências bem-sucedidas de programas de centros comunitários de aprendizagem;
- f) desenvolver instrumentos adequados visando à comunicação entre os governos e as comunidades, incluindo o uso de tecnologias de informação e comunicação.

### Acompanhamento e avaliação

Para que o programa Alfabetização para Todos obtenha êxito, é necessário construir sistemas de acompanhamento informatizados e funcionais, ligando os diversos programas e os diferentes níveis (institucional/subnacional/nacional/internacional). Os sistemas devem ser formulados de modo a fornecer informações confiáveis e significativas sobre a situação da alfabetização em meio à população, sobre os usos e o impacto da alfabetização e sobre o desempenho e a eficácia dos programas de alfabetização. As seguintes medidas são propostas para a construção de um sistema eficaz de acompanhamento e avaliação:

- a) refinar os indicadores e as metodologias de alfabetização a fim de permitir que os países colem e divulguem mais informações de melhor qualidade, dando atenção particular a fornecer informações sobre as disparidades entre os gêneros;
- b) promover um uso melhor e mais generalizado dos dados populacionais, através, por exemplo, de censos e levantamentos demográficos, no acompanhamento da situação da alfabetização e de seu uso e impacto em meio à população;
- c) desenvolver métodos que tenham relação custo/benefício favorável, para a avaliação dos níveis de alfabetização dos indivíduos, a serem usados nos levantamentos sobre alfabetização, bem como na avaliação de rotina dos resultados em termos de aprendizado, no nível dos programas;
- d) construir sistemas de informação para dar apoio às políticas e ao gerenciamento do ensino não-formal, abrangendo agências, programas, alunos e educadores;
- e) estabelecer sistemas de longo prazo para o acompanhamento dos recém-alfabetizados, a fim de estudar o impacto da alfabetização na qualidade de vida.

### 6. Implementação em nível nacional

O Estado deve desempenhar um papel central e crucial no planejamento, na coordenação, na implementação e no financiamento dos programas da Alfabetização para Todos. Para tal, o Estado deve construir parcerias simbióticas com todo um espectro de partes interessadas. É, portanto, necessário mobilizar as comunidades locais, as ONGs, as associações de professores e os sindicatos de trabalhadores, as universidades e as instituições de pesquisa, o setor privado e as demais partes interessadas, a fim de que elas contribuam e participem em todos os estágios dos programas de alfabetização.

Para que a Década da Alfabetização seja implementada com êxito, é necessário que a Alfabetização para Todos seja o foco central de todos os planos e programas da Educação

para Todos. É necessário, portanto, ter em mente que um plano para a Década da Alfabetização e para sua implementação em nível nacional deve ser incluído no plano nacional de Educação para Todos e em sua implementação. Nos casos onde o plano nacional de Educação para Todos já tenha sido formulado, a componente Alfabetização para Todos pode ser adicionado de forma suplementar. Nos casos em que o plano nacional de Educação para Todos esteja nas fases finais de sua elaboração, seria apropriado incluir nele a componente Alfabetização para Todos. No processo de incorporação de um componente de Alfabetização para Todos nos planos de Educação para Todos, uma lista de checagem de questões e de elementos-chave pode ser um guia útil. Um exemplo de lista de checagem consta do Anexo 1.

A Década da Alfabetização tem que ser vista como uma unidade, e não como o somatório de dez anos sucessivos, tomados separadamente. Todos os países, portanto, para a implementação da Alfabetização para Todos, devem executar seu planejamento partindo de seu próprio horizonte de dez anos. Ao fazê-lo, deve-se ter o cuidado de assegurar que o período inicial da Década seja dedicado à criação de bancos de dados amplos e confiáveis sobre alfabetização. Um exemplo desse horizonte de dez anos consta do Anexo 2.

## 7. Mobilização de recursos

A intervenção Alfabetização para Todos não deve sofrer ou ser enfraquecida por insuficiência de financiamento. Os governos têm que mobilizar recursos compatíveis para apoiar a Alfabetização para Todos. As seguintes estratégias podem ser adotadas em nível nacional:

a) incorporar a componente Alfabetização para Todos nos orçamentos de todos os níveis educacionais, da educação básica à educação superior;

b) atrair financiamentos adicionais através da coordenação e do compartilhamento de recursos entre os diferentes ministérios e departamentos, nos quais a alfabetização esteja presente nos programas de defesa, educação de extensão e redução da pobreza;

c) mobilizar o setor privado e a sociedade civil, tendo em vista o apoio ao programa Alfabetização para Todos.

No nível internacional, o êxito da mobilização de recursos exigirá:

a) um processo contínuo de consultas entre os organismos das Nações Unidas, visando a apoiar a Alfabetização para Todos, como parte integrante da Educação para Todos;

b) a participação de organismos bilaterais, no sentido da obtenção de apoio financeiro e de compromissos;

c) a mobilização da sociedade civil internacional em apoio à Alfabetização para Todos.

Um papel de especial importância deve ser conferido ao Banco Mundial, consistindo na tarefa de integrar a Década nos Documentos Estratégicos sobre a Redução da Pobreza e de elaborar um capítulo especial sobre financiamento, incluindo também a Educação para Todos. Também em nível regional, é possível atrair recursos financeiros de organizações e bancos regionais. A fim de atrair financiamento internacional, é de extrema importância que sejam formulados projetos viáveis, corroborados por pesquisas e que apresentem justificativas para o investimento em alfabetização. Esses projetos, além disso, devem conter uma formulação cuidadosa dos custos e dos efeitos, tomando como base estudos factuais.

## 8. Apoio e coordenação internacional

O sistema das Nações Unidas como um todo coloca a promoção da alfabetização no contexto dos direitos humanos, vistos como indivisíveis e interdependentes. O direito à educação, contido na *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, dos quais a alfabetização é tanto um elemento de importância máxima quanto um instrumento, vincula-se ao direito à igualdade (especialmente à igualdade entre os gêneros), ao desenvolvimento, à saúde e à liberdade de expressão. Os organismos das Nações Unidas engajados nesses diversos setores, bem como o Banco Mundial, reconhecem esse vínculo e com frequência incluem a alfabetização dentre os problemas a serem tratados e solucionados, juntamente com o cumprimento dos demais direitos. Na qualidade de organismo de coordenação internacional dos esforços visando a atingir os objetivos da Marco de Ação de Dacar para a Educação para Todos, bem como da Década da Alfabetização, a UNESCO irá trabalhar no âmbito dos mecanismos de coordenação já estabelecidos para a Educação para Todos, com os quais serão identificados os componentes relativos à alfabetização presentes nos programas de desenvolvimento ora em curso nos diversos organismos internacionais e bilaterais, forjando mobilização conjunta e o uso máximo dos recursos desses organismos, em apoio à Década.

Após consultar os organismos das Nações Unidas afetos à questão, a UNESCO irá trabalhar para o estabelecimento de parcerias significativas e orientadas para metas específicas, a fim de incentivar um planejamento inclusivo e a implementação da Década da Alfabetização. Essas parcerias irão assegurar a eficiência do fornecimento das diferentes contribuições prestadas pelos organismos das Nações Unidas. Um parceiro de importância capital será o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o organismo que lidera a Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Meninas. O Banco Mundial irá trabalhar conjuntamente com a UNESCO na avaliação dos níveis de alfabetização e na análise dos custos e do financiamento dos programas de alfabetização, nos quais a OCDE e a Unicef podem também ser parceiros importantes. A UNESCO deverá facilitar a cooperação entre os demais organismos das Nações Unidas, cujas incumbências e programas tenham forte relação com o sucesso da Alfabetização para Todos, tais como os listados a seguir:

- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura: desenvolvimento rural, programas de extensão agrícola;
- Organização Internacional do Trabalho: aprendizado e treinamento para o trabalho, eliminação do trabalho infantil;
- Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos: direito à educação, igualdade entre os gêneros, direito ao desenvolvimento, direito à liberdade de expressão, povos indígenas (línguas, culturas, conhecimento);
- Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids: educação sobre HIV/Aids;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: desenvolvimento rural, cidadania participativa, governo democrático, redução da pobreza, sustentabilidade dos meios de ganhar a vida;
- Fundo das Nações Unidas para a População: treinamento de professores e desenvolvimento de currículos relativos a saúde reprodutiva e população;
- Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados: a educação como uma questão fundamental no sustento das crianças refugiadas;
- Programa Mundial de Alimentação: Alimentos para a Educação;
- Organização Mundial de Saúde: Saúde para Todos, educação básica em cuidados de saúde, acesso a informações sobre saúde, maternidade segura, prevenção do HIV/Aids.